

Inquérito Policial Militar (IPM): 5 coisas que você precisa saber agora

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | maio 28, 2026



O Inquérito Policial Militar (IPM) é o procedimento administrativo usado pelas Forças Armadas para investigar crimes militares, garantindo a apuração legal, os direitos dos envolvidos e mantendo a disciplina no âmbito militar.

O que é Inquérito Policial Militar (IPM)? Se você já se perguntou sobre esse procedimento, saiba que entender seus detalhes pode fazer toda a diferença, seja para militares ou para quem convive com esses processos. Vamos juntos desvendar os principais pontos para você não ficar perdido quando ouvir sobre o IPM.

O que é o inquérito policial militar e sua finalidade

O inquérito policial militar (IPM) é um procedimento administrativo utilizado para investigar infrações penais militares cometidas por integrantes das Forças Armadas. Seu principal objetivo é coletar provas e esclarecer os fatos que envolvem uma possível transgressão disciplinar ou crime militar.

Durante o IPM, são ouvidas testemunhas, coletados documentos e

feitas diligências que ajudam a formar um conjunto probatório para que a autoridade militar competente possa tomar decisões judiciais ou administrativas. Ao contrário do inquérito policial comum, o IPM é regido por normas específicas previstas no Código Penal Militar e regulamentos próprios das Forças Armadas.

Finalidade do IPM

A principal finalidade do inquérito policial militar é garantir que eventuais crimes cometidos por militares sejam investigados de forma séria, transparente e dentro das normas legais. O processo preserva os direitos dos investigados, assegurando o direito à defesa e ao contraditório.

O IPM também é fundamental para manter a disciplina e a ordem dentro das corporações militares, além de fornecer um suporte técnico e jurídico para o julgamento militar posterior. Sem essa etapa, a justiça militar ficaria comprometida, dificultando a responsabilização de atos ilícitos praticados no ambiente castrense.

Quem pode instaurar e conduzir um IPM

O **inquérito policial militar (IPM)** pode ser instaurado por autoridades militares competentes, geralmente oficiais designados para essa função. São essas autoridades que têm a atribuição legal para abrir o IPM sempre que houver notícia de uma suposta infração penal militar.

A condução do IPM também fica a cargo dessas autoridades, que devem garantir o cumprimento rigoroso das normas previstas no Código Penal Militar e demais regulamentos específicos. É comum que o comandante da unidade militar ou uma autoridade superior delegue a tarefa a um oficial responsável pela investigação.

Quem pode instaurar o IPM

Podem instaurar o IPM:

- Comandantes ou chefes de unidade militar;
- Autoridades superiores nas Forças Armadas;
- Oficiais designados especificamente para investigação criminal militar;
- Representantes do Ministério Público Militar em alguns casos específicos.

Responsabilidades do condutor do IPM

Além de instaurar o IPM, o responsável pela condução deve:

- Preservar os direitos dos investigados;
- Ouvir testemunhas e colher depoimentos;
- Organizar e documentar todas as provas coletadas;
- Encaminhar o inquérito completo à autoridade competente para julgamento.

O papel do condutor é fundamental para garantir a legalidade e a eficácia da investigação no âmbito militar.

Procedimentos e etapas durante um inquérito policial militar



O **inquérito policial militar (IPM)** segue uma sequência de procedimentos para garantir uma investigação completa e legal. A instauração ocorre logo após a notícia de um crime militar, com a formalização da portaria que determina o início da apuração.

Principais etapas do IPM

- **Portaria de instauração:** documento que oficializa o início do IPM.
- **Nomeação do responsável:** designação do oficial responsável pela condução da investigação.
- **Oitiva de testemunhas e envolvidos:** coleta de depoimentos para esclarecer os fatos.
- **Exame de documentos e provas:** análise de materiais relacionados ao caso.
- **Relatório final:** síntese do que foi apurado, com conclusão e recomendações para a autoridade julgadora.

Cada etapa deve seguir regras rigorosas para assegurar os

direitos dos envolvidos e a validade das provas coletadas. A transparência e o cumprimento da legislação militar são fundamentais durante todo o processo.

Direitos dos envolvidos no inquérito policial militar

Durante o **inquérito policial militar (IPM)**, os direitos dos investigados e envolvidos devem ser rigorosamente respeitados para garantir a legalidade do processo e a justiça. Esses direitos asseguram que o procedimento seja conduzido de forma justa e transparente.

Direitos fundamentais no IPM

- **Direito à ampla defesa e ao contraditório:** todos têm o direito de apresentar suas versões, provas e contestar as alegações contra si.
- **Presunção de inocência:** ninguém pode ser considerado culpado até que haja sentença definitiva.
- **Direito a comunicação:** o investigado pode se comunicar com advogados e familiares durante o processo.
- **Proteção contra tortura e maus-tratos:** é proibida qualquer forma de agressão física ou psicológica.
- **Acesso aos autos do inquérito:** o envolvido pode consultar os documentos do IPM para acompanhar o andamento.

Garantias processuais específicas

O IPM deve obedecer aos dispositivos previstos no Código de Processo Penal Militar, incluindo a necessidade de que as oitivas sejam realizadas de maneira formal e documentada. **A presença de um advogado** é garantida, podendo acompanhar todas as etapas do inquérito.

O respeito a esses direitos é fundamental para evitar

nulidades e manter a credibilidade do sistema de justiça militar, garantindo que todos os envolvidos sejam tratados com dignidade e respeito.

Diferenças entre IPM e inquérito civil policial

O **inquérito policial militar (IPM)** e o inquérito civil policial possuem diferenças significativas devido à natureza das instituições e das normas que regem cada um. Enquanto o IPM investiga crimes militares cometidos por integrantes das Forças Armadas, o inquérito civil policial trata de infrações penais comuns praticadas pela população em geral.

Principais diferenças entre IPM e inquérito civil policial

- **Jurisdicional:** o IPM é conduzido dentro da justiça militar, enquanto o inquérito civil é direcionado à justiça comum.
- **Normas aplicáveis:** o IPM segue o Código Penal Militar e regulamentos específicos, já o inquérito civil obedece ao Código Penal comum e ao Código de Processo Penal.
- **Autoridades responsáveis:** o IPM é instaurado e conduzido por autoridades militares, enquanto o inquérito civil é conduzido pela polícia civil, federal ou delegado de polícia.
- **Finalidade e âmbito:** o IPM foca em manter a disciplina militar e apurar crimes militares; o inquérito civil investiga crimes previstos na legislação geral.

Essas diferenças são importantes para garantir que cada tipo de infração seja tratado conforme sua especificidade, respeitando a estrutura e as regras de cada sistema judicial.

Entendendo o inquérito policial militar

O Inquérito Policial Militar é uma ferramenta essencial para investigar crimes e assegurar a disciplina dentro das Forças Armadas. Conhecer seus procedimentos, direitos envolvidos e suas diferenças em relação ao inquérito civil ajuda a compreender melhor como a justiça militar funciona.

Respeitar os direitos dos investigados durante o IPM é fundamental para garantir um processo justo e transparente. Além disso, entender quem pode instaurar e conduzir o inquérito reforça a importância da legalidade e da responsabilidade nas investigações.

Assim, estar informado sobre o IPM contribui para valorizar a justiça e a ordem dentro do meio militar, esclarecendo dúvidas comuns e promovendo uma visão mais clara sobre este tema.

FAQ – Perguntas frequentes sobre Inquérito Policial Militar (IPM)

O que é um Inquérito Policial Militar (IPM)?

O IPM é um procedimento administrativo usado para investigar crimes militares cometidos por integrantes das Forças Armadas.

Quem pode instaurar um IPM?

Autoridades militares competentes, como comandantes ou oficiais designados, têm a atribuição legal para instaurar um IPM.

Quais são os direitos dos envolvidos durante o IPM?

Os envolvidos têm direito à ampla defesa, ao contraditório, presunção de inocência, acesso aos autos e proteção contra maus-tratos.

Quais são as principais etapas do IPM?

As etapas incluem a portaria de instauração, nomeação do responsável, oitiva de testemunhas, análise das provas e o relatório final.

Qual a diferença entre IPM e inquérito civil policial?

O IPM investiga crimes militares seguindo normas específicas das Forças Armadas, enquanto o inquérito civil trata de crimes comuns na justiça ordinária.

Por que é importante conhecer o IPM?

Entender o IPM ajuda a compreender o funcionamento da justiça militar, os direitos garantidos e a importância da disciplina dentro das Forças Armadas.

[Fale com um especialista](#)